

Por uma antropologia do desmonte e da resistência: impactos e alternativas à transição conservadora nas fabricações dos patrimônios imateriais em Minas Gerais, Brasil

*Guilherme Eugênio Moreira*¹
Universidade Federal Fluminense

Resumo: O trabalho discute os desdobramentos da transição conservadora no cenário político nacional nas fabricações dos patrimônios imateriais. A partir de situações vivenciadas na Gerência de Patrimônio Imaterial do instituto estadual do patrimônio de Minas Gerais, evidencio as posições ambivalentes ocupadas pelos profissionais do patrimônio nas negociações com interesses vindos de cima e a continuidade das políticas patrimoniais. Uma etnografia das fabricações dos patrimônios faz parte de um projeto democratizante de pesquisa que visa aprofundar nossas compreensões sobre as práticas de poder, ao expor impactos e respostas de seus agentes à conjuntura política abrangente.

Palavras-chave: patrimônio cultural; patrimônio imaterial; conservadorismo; Minas Gerais; poder.

¹ Mestrando em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais.

For an anthropology of dismantling and resistance:

impacts and alternatives to the conservative transition in the fabrication of intangible heritage in Minas Gerais, Brazil

Abstract: The article discusses the unfolding of the conservative transition in the national political scenario in the fabrications of intangible heritage. Based on situations experienced in the department of intangible heritage of the state heritage institute in Minas Gerais, I highlight the ambivalent positions occupied by heritage professionals in the negotiations with superior interests and the continuity of cultural heritage policies. An ethnography of fabrications of cultural heritage is part of a democratizing research project that seeks to deepen our understanding of power practices by exposing the impacts and responses of its agents to the broader political conjuncture.

Keywords: cultural heritage; intangible heritage; conservatism; Minas Gerais; power.

Por una antropología del desmonte y de la resistencia:

impactos y alternativas a la transición conservadora en las fabricaciones de los patrimonios inmateriales en Minas Gerais, Brasil

Resumen: El trabajo discute los desdoblamientos de la transición conservadora en el escenario político nacional en las fabricaciones de los patrimonios inmateriales. A partir de situaciones vivenciadas en la Gerencia de Patrimonio Inmaterial del instituto estatal del patrimonio de Minas Gerais, evidencio las posiciones ambivalentes ocupadas por los profesionales del patrimonio en las negociaciones con intereses venidos de arriba y la continuidad de las políticas patrimoniales. Una etnografía de las fabricaciones de los patrimonios forma parte de un proyecto democratizante de investigación que busca profundizar nuestras comprensiones sobre las prácticas de poder, al exponer los impactos y respuestas de sus agentes a la coyuntura política más amplia.

Palabras clave: patrimonio cultural; patrimonio inmaterial; conservadurismo; Minas Gerais; poder.

Este trabalho é um fragmento de minha pesquisa de mestrado, na qual investigo como fabricamos os patrimônios culturais, buscando compreender especialmente como acontece a *participação* nesses processos, noção presente nas políticas públicas brasileiras desde a Constituição de 1988². Exploro essas fabricações a partir de minhas experiências na Gerência de Patrimônio Imaterial do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais³, na qual fui estagiário entre 2015 e 2017 e atuei como servidor voluntário no ano de 2019. Acompanho o trabalho cotidiano de funcionárias/os da instituição na condução de “registros”⁴ de “bens culturais imateriais”⁵, assim como análise de documentos produzidos durante processos já concluídos, de modo a compreender como as definições do que vem a configurar os “patrimônios imateriais” na política pública mineira vão sendo materializadas e, conseqüentemente, rotinizadas.

A partir da apresentação de algumas situações vivenciadas durante o trabalho no Iepha-MG, no presente artigo procuro demonstrar as posições ambivalentes que os profissionais da GPI ocupam na instituição e seus desdobramentos no andamento dos processos de patrimonialização, a fim de compreender as contribuições dessas/es profissionais na fabricação dos patrimônios mineiros. Essas relações acentuaram-se principalmente nos últimos anos com a transição conservadora que vivemos no país e que, em Minas Gerais, culminou na eleição de um governo que começou a trazer outros entendimentos sobre o lugar que a cultura, e, especificamente, o patrimônio cultural deve ocupar na política. Perceberemos que essas/es técnicas/os precisam mediar conflitos constitutivos do lugar da gerência na instituição, assumindo ora posições de autoridade, ora de cumplicidade em relação aos praticantes das expressões culturais em registro⁶, ao mesmo tempo em que atuam ora em conformidade, ora em resistência às decisões que vêm de cima na hierarquia burocrática e representam interesses de agentes mais poderosos.

Na seção seguinte, retomo eventos ocorridos nos últimos anos que caracterizam esse fenômeno que nomeio de transição conservadora, apresento seus desdobramentos no Iepha-MG com a posse do novo governo estadual e os impactos diretos nos trabalhos da GPI. Depois, parto para a apresentação da criação da gerência e seu processo de legitimação na instituição. Em seguida, descrevo e analiso algumas situações etnográficas cujo fio condutor é a fabricação do dossiê de

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) - Bolsa Mestrado Nota 10 - processo n. E-26/200.948/2019.

³ Daqui em diante, referidos respectivamente como GPI e Iepha-MG (lê-se “iefa”).

⁴ “Registro” é o instrumento jurídico-legal instituído pelo Decreto federal n. 3.551/2000 como ferramenta de reconhecimento e salvaguarda de patrimônios culturais de natureza imaterial. Um patrimônio registrado pode ser inscrito em um dos quatro Livros de Registro previstos pela legislação, sendo eles: Celebrações, Formas de Expressão, Lugares e Saberes.

⁵ A expressão “bens culturais” é muito difundida no léxico técnico para se referir às expressões culturais em processos de estudo para registro e seus elementos associados.

⁶ Aciono o termo “praticantes” para me referir às pessoas envolvidas nas práticas das expressões culturais em processos de patrimonialização, cujas ações garantem sua continuidade ao longo do tempo em seus contextos locais. Escolhi não mobilizar termos do léxico especializado, como “detentores”, por trazerem consigo premissas e ambivalências.

registro das Folias de Minas⁷ como patrimônio do estado e os usos que foram feitos de uma ferramenta participativa em sua escrita. Espero que essas situações sirvam de vias de acesso à compreensão das negociações que os profissionais do patrimônio precisam gerenciar no trabalho cotidiano para a continuidade de seus processos, especialmente na conjuntura presente de desmonte das políticas culturais. Finalmente, encerro com algumas indicações de caminhos a seguir daqui para frente no fortalecimento de programas de pesquisa que tanto produzam análises mais aprofundadas das práticas de poder que sustentam as fabricações dos patrimônios como contribuam para a existência dessas políticas em nosso país.

Transição conservadora e impactos no patrimônio mineiro

Testemunhamos no Brasil uma transição conservadora que veio se anunciando desde os eventos iniciados após as jornadas de junho de 2013, que culminaram no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Em reação à conjuntura que marcou as gestões de Lula e Dilma (2003-2016), novas lideranças e grupos fortaleceram-se na opinião pública e na arena política como representantes de conservadorismos econômicos, políticos e morais, na formação de frentes de oposição aos governos petistas.

Vindos de setores do empresariado, de religiões cristãs, do agronegócio, de grandes empreendimentos e de partidos de direita e extrema-direita, esses agentes passaram a representar frações cada vez mais expressivas da população brasileira. Evidenciaram suas capacidades de engajamento com os resultados das eleições municipais de 2016, mas principalmente nas urnas das últimas eleições presidenciais, em 2018, quando elegeram e se fizeram eleger nas casas legislativas estaduais e federais, bem como nos cargos executivos, a exemplo da eleição de Jair Bolsonaro (PSL), em oposição a Fernando Haddad (PT), na disputa pela presidência.

Durante esses processos, vivenciamos, na área da “cultura”, tentativas e ações de desmonte dos seus arranjos institucionais que evidenciaram o lugar periférico que as políticas culturais passariam a ocupar nos novos entendimentos de governo. Em âmbito federal, uma das primeiras medidas anunciadas por Michel Temer, em maio de 2016, ainda como presidente em exercício, foi a extinção do Ministério da Cultura (MinC). O ministério, criado em 1985, como parte do processo de redemocratização, no entanto, foi rapidamente recriado após mobilizações pelo país. Afetado pela instabilidade do governo e ocupando um dos últimos lugares na sua lista de prioridades, porém, o MinC manteve-se à deriva durante a gestão Temer, passando pela mão de quatro ministros no período de dois anos. Com a posse de Bolsonaro, o ministério foi de fato extinto na reforma administrativa estabelecida com a Medida Provisória n. 870, tornando-se uma secretaria especial no novo Ministério da Cidadania, uma fusão do MinC com os também extintos Ministérios do Esporte e do Desenvolvimento Social.

É nesse contexto que as instituições do patrimônio cultural se encontram imersas na atualidade. Em Minas Gerais, com a virada do ano, veio a mudança de gestão e, no dia 1º de janeiro, acordamos com a assinatura do Decreto n. 47.608 pelo governador eleito com 71,80% dos votos válidos, Romeu Zema, do Partido

⁷ Daqui em diante, quando me referir aos patrimônios imateriais registrados pelo Iepha-MG usarei as iniciais em maiúscula, à maneira como são apresentados nos textos institucionais, entendendo tratar-se dos resultados de processos de fabricação. Quando tratar das respectivas expressões em seus usos cotidianos usarei minúsculas.

Novo. A medida exonerava todos os ocupantes de cargos de provimento em comissão. Desde o período eleitoral, o então candidato vinha defendendo a necessidade de uma ampla reforma administrativa com privatizações e o “enxugamento da máquina burocrática” através da redução das secretarias e autarquias e corte de pessoal.

O decreto provocou o desligamento de mais de seis mil funcionários da noite para o dia⁸, dentre eles toda a equipe da GPI no Iepha-MG, que contava até aquele momento com quatro técnicas empregadas em cargos comissionados e uma estagiária. O Iepha-MG, como muitas outras instituições estaduais, não conta com concurso público para provimento de seus cargos desde 2006 e enfrentou uma série massiva de aposentadorias nos últimos anos de servidores que estiveram no quadro técnico desde sua fundação, em 1971.

A mobilização nas mídias sociais foi intensa nos dias que se seguiram com abaixo-assinados, depoimentos e denúncias de servidores efetivos e aposentados, funcionários exonerados e amigos das diversas fundações, autarquias e causas. Na sexta-feira 4, após dias de muitas pressões, o governo estadual lançou uma nota afirmando que as exonerações tinham sido necessárias, mas que a situação seria temporária com o remanejamento dos quadros efetivos e a recondução aos cargos de parte dos funcionários comissionados, a serem indicados pelos respectivos órgãos.

O quadro efetivo do Iepha-MG, sem presidente e sem diretores, tratou de se reunir para deliberar sobre a situação e a listagem de reconduções foi então comunicada ao governo. Nesse processo, a gerente de patrimônio imaterial foi reconduzida e pôde chamar a estagiária de volta. Apenas em meados de fevereiro, a antropóloga da gerência foi também recontratada. As demais funcionárias, uma cientista social e uma historiadora, não tiveram a mesma sorte.

Foi assistindo a esse processo que, no dia 8 de fevereiro, fui ao Iepha e me ofereci para atuar na GPI como servidor voluntário. Seria tanto um meio de voltar à gerência para continuar minha pesquisa, mas principalmente uma maneira de contribuir na busca por novas soluções e possibilidades de trabalho no cenário desafiador que passava a se apresentar à instituição, pela qual também nutro um sentimento de compromisso e uma sensação de casa. Depois de dois meses de negociações e mobilizações por parte dos funcionários, em abril, cerca de um terço dos comissionados foram reconduzidos, entre eles a cientista social da GPI, a presidente Michele Arroyo foi renomeada ao seu cargo, um diretor foi nomeado para assumir a DPM⁹, mais dois estagiários puderam ser contratados para ajudar no trabalho da gerência e eu finalmente pude assinar meu termo de adesão ao serviço voluntário.

Se, no início, escrever sobre a exoneração da equipe da GPI para fins de pensar minha própria pesquisa parecia-me mesquinho demais, rapidamente compreendi que minhas inquietações não diziam apenas sobre o desligamento daquelas pessoas, minhas interlocutoras de campo, colegas na pesquisa e na vida, mas também do processo de desmonte generalizado que começou a ser colocado em prática por esses planos de governo estadual, mas também federal.

De fato, o que os últimos eventos trouxeram à tona foi aquilo que já estava em cena há algum tempo, mas antes eu não percebia. Desde 2015, quando entrei na GPI, no primeiro ano da gestão anterior, a ameaça de um próximo governo

⁸ O cenário no início de janeiro foi de desalento e caos. Apenas para citar alguns exemplos, a biblioteca estadual Luiz de Bessa passou a estar aberta apenas para devoluções com a redução de 75% de seus funcionários; o Museu Mineiro teve que fechar as portas uma vez que todos os técnicos foram desligados; e no Arquivo Público Mineiro restaram apenas 11 funcionários.

⁹ Direção de Proteção e Memória, sob a qual a GPI está subordinada.

conservador e o desmonte da instituição já estavam em vistas. Com a passagem do tempo, a reeleição do governador Fernando Pimentel (PT), de um partido estruturalmente considerado de esquerda e envolvido em crises orçamentárias, foi mostrando-se cada vez mais improvável. Em uma instituição composta em expressiva parte por cargos comissionados, os riscos de exonerações passavam a se apresentar cada vez mais constantemente no horizonte e de uma maneira ou de outra sempre estiveram presentes como pano de fundo.

Esse cenário de insegurança e medo sempre informara muito dos projetos políticos, profissionais e pessoais dos diferentes agentes ali dentro da instituição nos últimos anos. O que passo a fazer agora, portanto, é voltar-me à incorporação dessa dimensão em minhas análises. O que eu acompanhava desde 2015 já era o início de um processo de desmonte com os consequentes movimentos de resistência daquelas/es funcionárias/os para a continuidade das políticas em andamento.

Como um ponto de partida para uma revisão crítica dos processos de “registro” instruídos no contexto político contemporâneo mineiro, apresento a seguir um panorama da formação da GPI no Iepha-MG e os lugares ocupados por seus profissionais na instituição. Depois, levanto algumas provocações a partir da leitura do “dossiê de registro” das Folias de Minas como patrimônio cultural do estado mineiro. Aponto desafios que foram colocados à equipe técnica advindos do encontro com foliões, prefeituras municipais e instâncias hierarquicamente superiores durante a pesquisa e as respostas encontradas, bem como seus reflexos na construção da folia que foi apresentada no dossiê. O intuito dessa análise foi compreender como técnicas/os da GPI contribuíram nos processos de definição e apresentação do “bem cultural” registrado, expondo suas posições ambivalentes de conformidade e resistência às demandas unilaterais vindas de cima.

Fabricando a GPI: panorama sobre os registros em Minas Gerais

O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG) foi criado através do Decreto n. 5.775, de 30 de setembro de 1971. Instituído com o objetivo inicial de dar suporte em nível estadual às atuações da então Sphan¹⁰, com o passar do tempo a instituição foi construindo seus caminhos próprios de operação e adquiriu uma posição de legitimidade e autonomia nos circuitos do patrimônio no país.

Nesse momento, estava em discussão a reestruturação das políticas de patrimônio, que até então estiveram concentradas no governo federal e vinculadas ao projeto estado-novista de construção da nação (CHUVA, 2017). Sabemos também que, a partir da expansão da noção de “patrimônio cultural” nos artigos 215 e 216 da Constituição de 1988, a legislação passou a prever a condução dos processos de patrimonialização de maneira compartilhada com a “comunidade” praticante das expressões culturais. A apropriação desses novos entendimentos implicou na necessidade de se pensar nos canais de “participação” que promoveriam a prevista “colaboração da comunidade” na condução dos processos de patrimonialização.

No estado mineiro, como tentativa de articulação entre governo estadual e prefeituras municipais, e superação dos entraves à proteção dos patrimônios locais, em 1995, foi promulgada a Lei n. 12.040, que ficaria conhecida como Lei

¹⁰ Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atualmente instituto, sob a sigla Iphan.

Robin Hood. Esse marco definiu que 1% da receita estadual proveniente da arrecadação do Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) seria repassada aos municípios que comprovassem a execução e manutenção de ações de proteção aos seus patrimônios culturais (RANGEL, 2008). Nos últimos vinte anos, essa legislação suscitou a criação de secretarias e conselhos municipais de patrimônio e constituiu eixo central do Iepha-MG nos esforços sucessivos de municipalização de suas ações.

No que tange os “patrimônios imateriais”, dois anos após o Decreto n. 3.551/2000, que instituía o registro como instrumento de proteção em nível federal, foi promulgado o decreto 42.505, em 14 de abril de 2002, que ratificava na esfera estadual as normativas e procedimentos relativos à preservação desses novos tipos de patrimônio. No mesmo ano, o Iepha-MG deliberou sobre o primeiro “registro” de um patrimônio imaterial mineiro, sendo ele o *Modo de Fazer o Queijo Artesanal do Serro*. Em 2008, através da Portaria n. 47, houve a regulamentação dos procedimentos e normas internas à instrução dos processos de “registro” no Iepha com a criação da Gerência de Patrimônio Imaterial (GPI). Desde sua formação, portanto, inserida nas ações de municipalização do governo estadual, a GPI viu à frente o desafio de reconhecer patrimônios culturais que estivessem distribuídos por todo o território mineiro¹¹.

Os primeiros registros conduzidos na gerência disseram respeito a patrimônios em escalas locais, sendo eles a Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Chapada do Norte (2013), no município homônimo no vale do Jequitinhonha, e a Comunidade dos Arturos (2014), em Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte. Essas pesquisas resultaram na construção de uma “metodologia participativa”, através da realização de oficinas, “mapas de percepção”¹², reuniões com lideranças e outras pessoas interessadas, entre outras ferramentas que buscaram responder àqueles desafios conceituais e políticos suscitados pelo “patrimônio imaterial”. Por meio de um processo bastante experimental, essa metodologia foi sendo objetivada, testada e aprimorada ao longo dos processos de pesquisa a cada novo “registro”.

A gerência, assim, de fato, fabricou sua própria metodologia de atuação, distanciando-se de normativas recomendadas pelo Iphan (como o INRC¹³), mas também da própria metodologia do Iepha, e reificando esses modos de trabalhar como sua própria representação. Naquele momento, os profissionais da GPI reivindicavam seu espaço na instituição através da afirmação de seu modo diferenciado de trabalhar em relação a outras práticas consideradas conservadoras, como, por exemplo, os “inventários” de identificação dos “patrimônios materiais”. Iam firmando aos poucos sua legitimidade pelos processos técnicos densos e qualificados que foram sendo produzidos, demonstrando para os demais setores da instituição o sucesso dessas maneiras mais “participativas” de trabalhar, nas quais os praticantes daqueles patrimônios teriam mais espaço e reconhecimento¹⁴.

¹¹ Desafio esse nada trivial, considerando que Minas Gerais conta com 853 municípios e é a unidade da federação com a quarta maior área do país.

¹² Os mapas de percepção são “uma ferramenta que trabalha, por um lado, com a percepção do ambiente, ou seja, com a subjetividade do olhar e do sentir de indivíduos e de grupos que expressam seus valores, atitudes e preferências e, por outro, com os mapas, que são representações simbolizadas da realidade. O processo de construção dos mapas torna possíveis a comunicação e o compartilhamento das referências culturais. O Iepha-MG os utiliza em suas pesquisas como *instrumento participativo de levantamento das referências culturais* de comunidades e grupos” (IEPHA, 2015, destaques meus).

¹³ Inventário Nacional de Referências Culturais.

¹⁴ Pensando a partir de Foucault (1982) que todo saber é poder, ou que todo saber tem sua gênese em relações de poder, podemos reconhecer que os membros da GPI, ao sedimentar seus modos de trabalhar e compreender os “patrimônios imateriais”, iam delimitando na instituição, em meio a conflitos com outros setores, um novo domínio de conhecimento e

Com a posse da nova gestão do Iepha-MG, em 2015, ano também de minha entrada na equipe, a municipalização e a descentralização passaram a ser diretrizes principais dos planos de ação da instituição. Foi nesse contexto, então, que a GPI conduziu seus dois “registros” seguintes, sendo eles o registro das *Folias de Minas* (2017) e o registro dos *Saberes, Linguagens e Expressões Musicais da Viola em Minas Gerais* (2018). Esses processos pretenderam alcançar fenômenos que estão distribuídos por todo o território mineiro: o estudo das folias mapeou mais de 1.800 grupos, enquanto o registro das violas acessou mais de 1.600 tocadoras/es e construtores desse instrumento no estado.

Dessa maneira, podemos indagar como essa mudança nas escalas (de reconhecimentos locais a processos de abrangência estadual) alargou também os desafios da promoção da “participação” das “comunidades” interessadas no “registro”, e quais foram as ações mobilizadas pelos membros da GPI para dar conta das novas demandas considerando o cenário político que já se desenhava. O que significou, pois, para a equipe instruir registros de abrangência estadual, ao mesmo tempo em que os recursos pessoais e financeiros se tornavam cada vez mais escassos? Passamos agora então ao processo de “registro” das folias, atendendo para os impactos e resistências das/os profissionais da GPI às pressões políticas que começavam a se anunciar e as alternativas encontradas para a condução da política.

As negociações para a definição das Folias de Minas

Para iniciar o processo de “registro” de um patrimônio imaterial, a legislação competente prevê que haja um proponente (este pode ser instituição, associação ou cidadão) que encaminhe um “pedido de registro” para o Iepha-MG, sendo fundamental uma comprovação formal (“anuência”) de que os praticantes associados ao possível patrimônio estejam interessados e de acordo com esse pedido. Em Minas Gerais, o que podemos perceber, no entanto, é que os pedidos vindos por parte de alguns agentes podem acabar pesando mais que outros¹⁵. O que testemunhei nos meus anos de trabalho no Iepha-MG é que, no caminho entre a chegada do pedido via Presidência, encaminhamento para a DPM e recepção pela equipe da GPI, já estavam em movimento negociações e conciliações de interesses onde, por vezes as agendas advindas da própria SEC¹⁶, na figura do então secretário Angelo Oswaldo¹⁷, prevaleciam sobre os pedidos enviados pelos próprios praticantes de outras expressões culturais.

À época da abertura do registro das folias, em 2015, uma série de práticas foram indicadas pela equipe da GPI para registro e apresentadas ao Conep¹⁸, a partir dos achados no projeto de Inventário Cultural do Rio São Francisco. Entre todas as indicações, como expressões distribuídas por todo o estado mineiro, as folias alinhavam-se ao propósito da regionalização e permitiriam ao governo expandir suas escalas de atuação na promoção de processos de “registro” mais

iam conquistando sua legitimidade como profissionais que exerciam autoridade sobre as definições do que seriam esses patrimônios.

¹⁵ Se pensarmos que os saberes sobre os patrimônios estão desigualmente distribuídos entre diferentes setores na sociedade, o volume dos materiais pedidos e a própria necessidade de acessar tal portaria e dominar os trâmites burocráticos já traz indicativos de que alguns podem participar mais que outros.

¹⁶ Secretaria do Estado de Cultura.

¹⁷ Angelo Oswaldo de Araújo Santos tem uma longa carreira construída nos circuitos nacional e estadual da cultura e do patrimônio. Dentre os inúmeros cargos que ocupou, foi prefeito de Ouro Preto/MG por três gestões (1993-1996/2005-2008/2009-2012), chefe de Gabinete do Ministério da Cultura e ministro de Estado no governo Sarney (1985-1990) e secretário da então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan (1985-1987). Também foi representante brasileiro em missões no âmbito da Unesco. Em Minas Gerais, atuou como secretário de Estado da Cultura na gestão de Itamar Franco (1999-2002) e de Fernando Pimentel (2015-2018).

¹⁸ Conselho Estadual do Patrimônio Cultural de Minas Gerais.

abrangentes. Em frente a essa demanda vinda de cima, o que observei foram esforços de fabricação de uma narrativa que justificasse a relevância daquele pedido, bem como a “anuência” de grupos praticantes da folia pelo estado. O que foi feito, afinal, foi reunir um pedido de registro que de fato viera de uma associação de folias de reis de Presidente Olegário/MG, mas que estava arquivado para estudos futuros, com os indicativos vindos da pesquisa no Rio São Francisco, onde as folias foram uma das celebrações inventariadas na maioria dos municípios estudados.

O início do processo de pesquisa foi motivado pelo confronto entre emoções e ausência de emoções (HEINICH, 2009). Enquanto alguns/mas funcionários/as expressavam alegrias e saudades de tempos passados, a partir da evocação de memórias longínquas da primeira infância, e não expressavam quaisquer dúvidas a respeito da relevância do reconhecimento das folias como patrimônio do estado, outros/as não sabiam nem do que se tratava a folia e não tinham *a priori* elementos em suas biografias para reconhecer sua importância para a identidade e memória mineiras.

Essas perspectivas heterogêneas motivaram um processo cuidadoso de levantamento de fontes arquivísticas e bibliográficas, com a finalidade de efetivamente compreender o lugar das folias na constituição da sociedade mineira ao longo do tempo e na atualidade. Com o andamento da pesquisa, fomos encontrando uma definição que se repetia nas produções acadêmicas: as folias seriam grupos católicos de devoção a algum santo que saíam de casa em casa cantando bênçãos aos devotos em troca de donativos. Ao mesmo tempo, porém, aquelas produções consistiam sempre em estudos de caso e nos deparávamos nos arquivos, jornais e sites com descrições e imagens de grupos que eram identificados como folias, mas variavam e muito daqueles que vínhamos lendo nas referências bibliográficas.

Naquele primeiro momento, a equipe tentou acionar as ferramentas que haviam sido consolidadas nos registros anteriores como parte da metodologia de atuação da gerência. Com a escassez de recursos e limitação de pessoal, os profissionais da GPI aproveitaram ocasiões que já estavam definidas na agenda da instituição para realizar as primeiras viagens de campo. O antropólogo e a historiadora que compunham a equipe ministraram cursos de capacitação sobre a política de patrimônio imaterial a pedido de algumas prefeituras em diferentes regiões do estado¹⁹ e aproveitaram esses momentos para estabelecer os primeiros contatos com as folias dessas localidades.

Foliões foram convidados a participar dessas reuniões, a convite das prefeituras, nos três municípios visitados. Naquelas ocasiões, a equipe aproveitou para apresentar o estudo e obter a anuência daqueles praticantes, assim como levantar as primeiras informações sobre aquele universo. Os foliões produziram “mapas de percepção” e concederam entrevistas, bem como entoaram suas canções e orações, e aqueles foram os primeiros contatos da equipe com o universo das folias e com as “referências culturais” daqueles homens e mulheres de devoção. As experiências com folias do Sul, Triângulo e Norte mineiros evidenciaram como esses grupos eram muito diversos nas diferentes regiões do estado e como cada folia era marcada por sua singularidade, frente às demais. Como dar conta, portanto, daquela pluralidade de experiências que constituíam o universo das folias, do qual tínhamos conhecido apenas pequenos fragmentos?

¹⁹ Os cursos foram realizados em Arceburgo (Sul/Sudoeste de Minas Gerais), Paracatu (Noroeste) e Uberaba (Triângulo Mineiro), reunindo representantes de dezenas de municípios.

A resposta encontrada foi a construção de um “cadastro” virtual que foi disponibilizado em plataforma *online* e divulgado para as prefeituras, associações e grupos de folia²⁰. Esse “cadastro” poderia ser preenchido pela prefeitura ou pelos próprios foliões e consistia em um questionário que pretendia reunir informações a respeito do grupo, a saber: nome, devoção, localização, personagens e instrumentos utilizados, número aproximado de integrantes, período de visitas e histórico da folia.

O “cadastro” constituiu uma ferramenta fundante do processo de pesquisa com a possibilidade de contornar as limitações de pessoal e recursos da GPI e reunir informações advindas de grupos localizados nas mais diversas regiões do estado. A cada cadastro recebido, íamos tomando mais consciência da diversidade daquelas práticas e compreendendo as dificuldades advindas de tentar defini-las nos textos técnicos. A ideia inicial foi exatamente não tentar construir uma definição única, buscando explicitar no “dossiê” que a unidade do universo estaria justamente em sua pluralidade e que as folias seriam aqueles grupos que se identificassem como tais, na ideia de que ninguém poderia dizer melhor sobre a festa que os próprios foliões.

Esse argumento, entretanto, que funcionava muito bem dentro de uma equipe formada por historiadores e antropólogos, não dava conta das demandas de outros setores da instituição²¹. Fosse o pessoal da comunicação, a diretoria ou a presidência, sempre nos exigiam que definíssemos as folias em poucas linhas, ou mesmo palavras. O processo de registro era noticiado em jornais, televisão e eventos e era preciso apresentar as folias para a população de maneira prática e sucinta. Nos esforços pela reeleição do governo e a construção de um legado para aquela gestão, o que estava em movimento era a seleção dos patrimônios imateriais como carro de frente da instituição. Cercadas por festas, músicas, cores e ornamentos e fornecedoras de ricos materiais audiovisuais nos atuais tempos de circulação da informação pelas mídias sociais, as folias eram alvos de muitas ações de promoção, mobilizadas como uma interface publicizável para a instituição e, indiretamente, para o governo estadual abrangente.

Funcionários das prefeituras também telefonavam com dúvidas a respeito de quais expressões exatamente poderiam ser entendidas como folias. Recebíamos cadastros de congados, moçambiques, encomendação das almas, quadrilhas de festa junina e blocos de carnaval e uma definição a ser dada sobre o que seriam as folias tacitamente foi sendo convencionalizada pela equipe.

Desse modo, mostrava-se difícil não definir o que vinham a ser as folias, para diferenciá-las de outras práticas, mas também informar ações de sensibilização e promoção a partir de sua identificação. À medida em que os prazos iam se encurtando, as pressões por produtividade vindas de cima aumentavam e mostrava-se iminente a escrita do “dossiê”. As folias então ficaram assim definidas:

A Folia é aqui entendida como uma manifestação cultural associada ao catolicismo popular, geralmente formada por mestres, cantores, tocadores, bandeireiros ou alferes, que realizam visitas às casas de devotos distribuindo bênçãos e recolhendo donativos para variados fins. Possuem como um dos principais elementos simbólicos a bandeira, que carrega a imagem do santo de devoção, e se organizam a partir de ritos como o giro ou jornada, encontros, festas [...]. Esse é o arcabouço básico que define as folias de Minas, não havendo grandes variações estruturais para as distintas devoções. (IE-PHA, 2017: 11, destaques meus)

²⁰ Essa ação foi incentivada como critério de pontuação no Programa ICMS Patrimônio Cultural para repasse de recursos. O cadastro segue disponível no site do Iepha-MG e seu monitoramento contínuo constitui uma das ações de salvaguarda. Ele pode ser acessado em www.iepha.mg.gov.br.

²¹ Tamaso (2005) debruça-se sobre os desafios do/a “antropólogo/a inventariante” e suas implicações éticas na condução de trabalhos em equipes multidisciplinares e agendas e prazos acelerados.

O que fica demonstrado na definição acima é que a equipe não deu conta de representar as singularidades que foram experimentadas no contato com cada folia, apelando para uma descrição generalizante, não tão diferente daquela que anteriormente havíamos encontrado na literatura. Afinal de contas, estamos falando da Folia no singular e em maiúscula, dotada de um “arcabouço básico”, sem “grandes variações”. Também não conseguimos abranger a pluralidade de dimensões com as quais nos deparamos e que nos foram transmitidas nas conversas com os foliões e caímos no recurso de acionar as boas e velhas categorias antropológicas. Essa folia é apresentada como um conjunto de símbolos e rituais, que não foi exatamente aquilo que encontramos nas vivências com os foliões, mas é o que nos espera no Livro das Celebrações e nos modelos de discursos das operações patrimoniais.

Durante os estudos, à medida que aprendíamos mais sobre aquelas expressões, viajávamos e conversávamos com foliões. A equipe toda concordava sobre a centralidade dos conhecimentos dos mestres na realização e continuidade da folia. Seus saberes acumulados ao longo da vida pelo “dom divino”, o aprendizado com antigos mestres e a própria experiência do tempo eram fundamentais para a condução do grupo, a performance dos rituais e a distribuição das bênçãos. Cheguei a sugerir, dessa maneira, um registro conjunto nos livros das *Celebrações* (essa inscrição nunca colocada em questão) e dos *Saberes*, como uma maneira de reconhecer a devida importância dos conhecimentos do mestre para a compreensão do universo da folia e estrategicamente fomentar incentivos às ações de “salvaguarda” específicas para aquelas pessoas.

Essa ideia, entretanto, foi rapidamente combatida através do acionamento de uma série de características que justificariam a inscrição da folia como Celebração, dentre elas os componentes da festa, os rituais, a fé, as rezas e os cantos. Meus colegas de trabalho mobilizavam, portanto, os critérios definidos por lei que permitiam aquele enquadramento²² e se amparavam também em experiências de registro anteriores, em um movimento um tanto tautológico: as folias eram celebrações, pois nas folias se identificavam elementos os quais deveríamos encontrar nas celebrações. Aquela expressão cabia na categoria, mas justamente porque desde o início foram essas características e não outras que procuramos encontrar nas folias. Essa era a classificação rotinizada pelas fabricações patrimoniais, a qual também terminei por aderir com o passar do tempo.

Onde entrou o “cadastro” nessa história, poderíamos perguntar? De início, é preciso reconhecer que faltou fôlego à equipe para analisar as informações que conseguimos reunir sobre mais de 1.200 grupos de folia até a data do “registro”. No cenário de desequilíbrio de recursos e pessoal, prazos corridos e demandas por apresentação de resultados, não houve tempo para extrair a riqueza de uma planilha que somava ao fim do processo mais de 23.800 dados. No prazo de seis meses no qual a gerência precisava apresentar o “dossiê”, como dar conta daquela pluriversidade na forma de texto? Atentemos, pois, para o lugar e o papel do “cadastro” na construção do “dossiê de registro” das folias (Fig. 01).

²² Segundo o Decreto n. 42.505/2002, no “Livro de Registro das Celebrações [...] serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social”.

3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS FOLIAS EM MINAS GERAIS	80
3.1 Distribuição espacial e organização.....	80
3.1.1 Devoção e organização dos grupos de folia	84
3.2 Entre transformações e permanências.....	96
4. DESCRIÇÃO DAS FOLIAS DE MINAS	106
4.1 A bandeira e sua saída.....	113
4.2 Os palhaços.....	120
4.3 Cantadores e instrumentistas.....	125
4.4 Visitações rituais: os devotos e suas promessas	133
4.5A entrega da bandeira	145
4.6 A festa de confraternização – arremate	146

FIGURA 01 – Trecho do sumário do dossiê de registro das Folias de Minas. Fonte: IEPHA, 2017:9.

As informações do “cadastro” foram mobilizadas na escrita do terceiro capítulo do “dossiê”. A partir de um relato baseado em análise estatística descritiva e preenchido por muitos gráficos, serviram a uma “caracterização geral” do que seriam as folias, muito mais a serviço de ilustração de como se comporia a paisagem mineira que efetivamente de aprofundar as várias formas de se celebrar folia pelo estado, como fora a intenção no início do processo. Passado o capítulo do cadastro, entramos então no capítulo de “descrição das folias de Minas”, onde, aí sim, é apresentado o que são as folias *de* Minas (e vale ressaltar aqui a escolha do termo possessivo, não se tratando, por exemplo, das folias *em* Minas Gerais).

Nesse momento, o que encontramos no “dossiê” é a mobilização da produção acadêmica pincelada por alguns trechos de entrevistas realizadas pela equipe com alguns foliões. As subseções reproduzem divisões analíticas artificiais criadas em contextos particulares de estudo por outros pesquisadores. Dessa maneira, podemos nos indagar quanto do “dossiê de registro” foi efetivamente desdobramento da compreensão das experiências de folias mineiras com as quais a equipe esteve em contato.

Enfim, não apenas o cadastro foi utilizado para apresentar realidades parciais sob a aparência de generalidade, como também as próprias parcialidades foram construídas pelo olhar generalizante da equipe técnica. Analisando retrospectivamente o processo de construção do “cadastro” em si, percebo que realizamos uma espécie de “tradução às avessas”, uma vez que tanto as respostas que eram possíveis nas perguntas fechadas como as próprias questões abertas foram informadas pelo material bibliográfico que havíamos levantado até então.

Dessa maneira, terminamos por adequar as vivências dos foliões às nossas categorias e não construímos as perguntas a partir do que experimentamos e conhecemos com aqueles festeiros, produzindo um material aparentemente colaborativo, mas resultante de muitas decisões unilaterais tomadas por especialistas. À análise do cadastro, faltou tempo para retornar aos grupos que enviaram suas informações, de maneira a melhor compreendê-las e operacionalizá-las, e mesmo revisar criticamente o próprio “cadastro” como ferramenta de pesquisa e, assim, evitar sua transformação em material estéril, apartado dos afetos e fazeres cotidianos daqueles praticantes (SCIFONI, 2017).

Com a apresentação dessas situações em torno do “registro” das Folias de Minas, busquei apresentar com vivências concretas algumas das ambivalências que definem as fabricações dos patrimônios imateriais. A metodologia de pesquisa da

GPI para a condução dos “registros”, que se legitimou e se rotinizou como “participativa” nos quadros do Iepha-MG, termina em grande parte por favorecer de fato a “participação” de outros agentes que não os praticantes envolvidos. Os processos de construção dos “patrimônios imateriais” em Minas Gerais são resultantes de negociações entre diferentes agentes ao longo das etapas que constituem a pesquisa. Dentre esses agentes, os profissionais da GPI finalmente são uns dos que mais “participam”, ao mesmo tempo em que enfrentam limitações à sua autonomia e precisam lidar com agendas que escapam à sua alçada.

Para iniciar: caminhos a percorrer em uma antropologia das fabricações

Os circuitos do patrimônio cultural enfrentam processos de desmonte advindos da transição conservadora que marca os governos atuais. Especificamente em relação às políticas de patrimônio imaterial, não estamos trabalhando mais na conjuntura que permitiu a criação do instrumento do “registro” e a Política Nacional do Patrimônio Imaterial a partir do Decreto federal n. 3.551/2000. Seus profissionais precisam lidar com prazos acelerados, escassez de recursos, pressões por produtividade, riscos de demissões e dissoluções ao mesmo tempo em que sustentam os processos de reconhecimento das expressões culturais como patrimônios e assumem o compromisso do Estado para com seus praticantes. Uma etnografia nesses espaços, cujo foco recaia sobre os agentes que negociam em campo e nos escritórios, pode se mostrar uma estratégia frutífera na compreensão desses novos fenômenos que estão em andamento.

Os profissionais do patrimônio, em suas fabricações, encontram-se imersos na ambivalência entre a legitimidade de seu exercício profissional na instituição, resistindo a demandas unilaterais superiores e à subordinação àquelas agendas. Ao mesmo tempo, ora fazem valer seus saberes técnicos sobre as vivências dos praticantes na definição dos patrimônios, ora estão aliados àqueles nas tentativas de construir processos de fato mais participativos.

Voltando aos eventos de janeiro, assistir à GPI fechar as portas, da noite para o dia, evidenciou ainda mais as posições ambivalentes que seus profissionais ocupam na administração pública. Se, por um lado, participam nas fabricações dos patrimônios com seus saberes legitimados e autoridade sobre os praticantes das expressões em estudo, por outro, assumem esses lugares à mercê de interesses superiores e podem experimentar o seu desmonte com a assinatura arbitrária de um decreto. Essa situação dramática expõe as complexidades que configuram as relações de poder nas instituições do governo e na fabricação das políticas públicas.

Como o secretário de cultura fez lembrar na reunião do Conep para deliberação sobre o registro das folias, ao abrir a reunião saudando seu “querido amigo de Araxá, dono de uma folia bonita naquela região”, em diferentes ocasiões as/os profissionais da GPI veem-se obrigadas/os a mediar interesses vindos de diversos agentes. Nesses processos, órgãos e instituições públicas, na figura de seus personagens influentes, “participam” e decidem mais que efetivamente os respectivos praticantes daqueles patrimônios. Na abertura do estudo das folias, por exemplo, testemunhei os esforços por parte da equipe de construir uma cadeia lógica de eventos e documentos que permitissem voltar até um pedido de registro enviado ao Iepha-MG por foliões e, assim, justificar a instrução do processo. Ao mesmo tempo, com o andamento da pesquisa, essa justificativa foi sendo rotinizada e, ao final do estudo, já era reproduzida como uma narrativa naturalizada de

sua origem (LATOURE, 2001). Percebemos, portanto, como são tênues as linhas entre resistências e subordinações e como conflitos são constitutivos das fabricações dos patrimônios, operando a todo instante nos interstícios.

Na definição das folias, não podemos desconsiderar os caminhos abertos pelo cadastro. Em uma conjuntura onde os recursos são escassos, funcionários/as são poucos/as e prazos são acelerados, o cadastro mostrou-se como uma ferramenta criativa criada pela GPI com possibilidades de alcance nunca anteriormente pensadas. No entanto, também é preciso encarar seus limites, advindos em grande parte das pressões informadas pela conjuntura política abrangente. Se esses estrangulamentos começaram a afetar os processos de registro nos últimos anos, caberá estar atento a partir de agora às novas demandas que virão e quais serão suas influências nos estudos futuros. Como pesquisadores e profissionais atuantes nesses espaços, precisamos incorporar em nossas análises os novos agentes e elementos desse conservadorismo para compreender seus impactos nas maneiras como podemos pensar e fabricar patrimônios.

Em Minas Gerais, o cenário mantém-se incerto. O novo governo extinguiu a Secretaria de Estado de Cultura, unificando-a como subsecretaria na criação de uma Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. Não se sabe bem ainda as demandas que chegarão nem o que significará uma gestão que une patrimônio e turismo sob uma mesma direção. Ao mesmo tempo, as mudanças bruscas impostas pela exoneração massiva mobilizaram discussões internas a respeito dos caminhos a seguir na instituição. Nesse momento, fervilham ideias, reflexões e iniciativas, às quais será interessante acompanhar na compreensão de quais entendimentos de patrimônio se produzem a partir de agora.

Nossas pesquisas precisam começar a encarar essas transformações e os desdobramentos na condução das patrimonializações, empenhando esforços comparativos e processuais para a construção de um conhecimento mais aprofundado e complexo sobre as operações patrimoniais em nosso país. Parto da investigação dessas fabricações em Minas Gerais, mas acredito que o entendimento das dinâmicas que operam nessas situações pode contribuir na elucidação de um processo mais amplo, na compreensão dos desafios colocados às políticas de patrimônio no cenário nacional, que, por sua vez, reiteram e atualizam dimensões características da formação do Estado brasileiro (SOUZA LIMA, 1995; CHUVA, 2017).

Poderíamos aqui nos questionar: será que a crítica ao *establishment* é estratégica nesse momento de desmonte, quando a permanência do próprio *establishment* é o que desejamos minimamente garantir frente às ameaças de cortes e extinções? Laura Nader (1972) já nos convidava a olhar “para cima” em nossa própria sociedade, compreendendo os mecanismos de poder que constituem os grandes empreendimentos, as corporações e agências governamentais, instituições que afetam muitas dimensões das vidas de muitas pessoas. Precisamos empreender tais investigações para complexificar nossos entendimentos sobre a vida social e contribuir para um programa democratizante que forneça ferramentas à mobilização política, ao explicitar como operam as tomadas de decisão e como se produzem esses saberes/poderes.

Dessa maneira, minha investigação pretende contribuir com um retalho nessa enorme colcha que precisaremos costurar para compreender nos próximos anos como esse fenômeno se configurou e para onde está se encaminhando, bem como quais são as possibilidades de transformação. Nesse momento, é preciso entender melhor que “Estado” é esse que se está fazendo e discutir como fazer pesquisa quando justamente aquilo que queremos investigar está sendo desmon-

tado. Mostra-se fundamental, portanto, considerar esses novos expoentes do conservadorismo em nossas pesquisas, bem como as formas de resistência que passam a ser mobilizadas, no reconhecimento de que nossos contextos etnográficos se tornaram ainda mais densos.

Recebido em 29 de abril de 2019.

Aprovado em 22 de fevereiro de 2020.

Referências

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

FOUCAULT, Michel. The Subject and Power. *Critical Inquiry*, v. 8, n. 4, p. 777-795, 1982.

HEINICH, Nathalie. *La fabrique du patrimoine: de la cathédrale à la petite cuillère*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2009.

INSTITUTO Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. *Inventário Cultural do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 2015.

INSTITUTO Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. *Dossiê para registro das Folias de Minas do estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Iepha-MG, 2017.

LATOUR, Bruno. “Referência circulante. Amostragens do solo da Floresta Amazônica”. In: *A Esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru: EDUSC, 2001, p. 39-96.

NADER, Laura. Up the anthropologist: perspectives gained from studying up. In: HYMES, Dell (Ed.). *Reinventing Anthropology*. New York: Pantheon Books, 1972, p. 284-311.

RANGEL, Marília Machado. A municipalização da proteção do patrimônio cultural em Minas Gerais. *Fórum Patrimônio: amb. constr. e patr. sust.*, v. 2, n. 1, 2008.

SCIFONI, Simone. Desafios para uma nova Educação Patrimonial. *Revista Teias*, v. 18, n. 48, 2017, p. 5-16.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indiana e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

TAMASO, Izabela. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios... *Sociedade e Cultura*, v. 8, n. 2, 2005, p. 13-36.

em branco